



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Licenciatura

### Unidade curricular

Direitos Fundamentais – 4.º Ano – Noite – 1.º Semestre

### Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Rui Tavares Lanceiro – 2 horas (aulas teóricas)

### Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

João Tornada (1 subturma)  
Pedro Santos Azevedo (2 subturmas)  
Tiago Barboza (1 subturma)

### Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Compreensão dos diversos aspetos dos conceitos, modelos e questões centrais que estão presentes na matéria de direitos fundamentais. Será dado especial enfoque ao atual sistema português de direitos fundamentais, no seu âmbito de proteção, finalidade e evolução. Capacidade de utilização dos termos técnicos próprios dos meios processuais envolvidos na tutela jurisdicional dos direitos fundamentais. Capacidade de interpretação e aplicação da legislação processual constitucional e da jurisprudência do Tribunal Constitucional sobre a matéria.

### Conteúdos programáticos

1. Direitos Fundamentais: noções introdutórias
  - a. O valor paramétrico da Constituição
  - b. Evolução histórica
  - c. O conceito de direito fundamental
  - d. Figuras afins



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- e. Perspetivas contemporâneas
  - i. Um sistema multinível?
  - ii. Diálogo?
  - iii. Concorrência?
- 2. Teoria dos direitos fundamentais
  - a. Os direitos fundamentais como normas
  - b. Estrutura de direitos fundamentais
  - c. Classificação e tipos de direitos fundamentais
  - d. Distinção entre direitos, liberdades e garantias e direitos, económicos, sociais e culturais? Conceção dualista e conceção unitária
  - e. Direitos fundamentais e deveres fundamentais
- 3. O sistema de direitos fundamentais na Constituição de 1976
  - a. Consagração e vinculação
    - i. Deveres do Estado
    - ii. Vinculação de entidades privadas?
  - b. Dignidade da pessoa humana como elemento fundador da República
  - c. Abertura do sistema e influência da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e da Carta dos Direitos Fundamentais da UE
  - d. Regime de proteção dos direitos liberdade
  - e. Regime de proteção dos direitos sociais
  - f. Regime de proteção orgânico
    - i. Reserva(s) da Assembleia da República
    - ii. Limites da reserva e deveres de concretização
  - g. Regime das restrições aos direitos fundamentais (remissão)
  - h. Tutela jurisdicional dos direitos fundamentais
    - i. O papel dos tribunais
    - ii. Regime de acesso ao Tribunal Constitucional
    - iii. Análise crítica do regime nacional
    - iv. Nota sobre o papel do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e do Tribunal



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### de Justiça da UE

- i. Tutela não jurisdicional dos direitos fundamentais
  - i. Papel da administração pública
  - ii. Papel do Provedor de Justiça
4. Restrições aos direitos fundamentais
  - a. A esfera de proteção dos direitos fundamentais
  - b. Restrição e suspensão
  - c. Restrição, regulação e colisão de direitos
  - d. A fundamentação das restrições aos direitos fundamentais
  - e. Controlo judicial das restrições
5. Os princípios constitucionais estruturantes
  - a. O princípio geral de liberdade
  - b. O princípio da igualdade
  - c. O princípio da proporcionalidade
  - d. O princípio da segurança jurídica e da proteção da confiança
  - e. Os princípios da reserva de lei e da determinabilidade
6. Renúncia aos direitos fundamentais e a liberdade
7. Perspetivas de futuro: os direitos fundamentais em 2030

#### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As matérias programadas visam aquisição de conhecimentos sobre a direitos fundamentais, sendo lecionadas e contextualizadas com as suas estruturas, com as suas caracterizações e com a jurisprudência do Tribunal Constitucional.

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Nas aulas teóricas os conteúdos programáticos são expostos e problematizados em diálogo com os alunos. Nas aulas práticas são trabalhados os materiais disponibilizados aos alunos, designadamente através da resolução de hipóteses e da análise e comentário de decisões de jurisprudência constitucional.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

A avaliação de conhecimentos será efetuada através do método previsto no Regulamento de avaliação de conhecimentos do Curso de licenciatura em Direito.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de ensino adotada nesta disciplina é concretizada através de aulas teórico-práticas, permitindo aos alunos adquirir e consolidar conhecimentos técnicos e desenvolver competências de investigação e análise crítica. A realização de trabalhos de investigação, o comentário de peças de jurisprudência e a análise de posições doutrinárias são pontos decisivos na aprendizagem.

### Bibliografia principal

Bibliografia: obras relevantes para o programa

Alexandrino, José de Melo, 2007. Direitos Fundamentais – Introdução Geral, Estoril, Principia.

Andrade, José Carlos Vieira de, 2012. Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976, Coimbra, Almedina.

Gomes Canotilho, J. J. Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7.<sup>a</sup> ed., Coimbra, 2003

Miranda, Jorge, 2017. Direitos Fundamentais, Coimbra, Almedina

Novais, Jorge Reis, 2020. *Princípios Estruturantes de Estado de Direito*, Coimbra, Almedina

Bibliografia: outras obras relevantes

Alexandrino, José de Melo, 2006. A Estruturação do Sistema de Direitos, Liberdades e Garantias na Constituição Portuguesa, Volume II - A Construção Dogmática. Almedina

Alexy, Robert, 2004. Theorie der Grundrechte. Trans. A Theory of Constitutional Rights. Oxford: Oxford University Press.

Duarte, Maria Luísa – União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade, Lisboa, AAFDL, 2013.

Guerra Martins, Ana Maria, A proteção multinível dos direitos fundamentais – Estudos sobre diálogo judicial (coord.), Lisboa, AAFDL, 2019.

Novais, Jorge Reis, 2017. Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional, AAFDL

Novais, Jorge Reis, 2017. Direitos Sociais – Teoria Jurídica dos Direitos Sociais enquanto Direitos Fundamentais, AAFDL

Novais, Jorge Reis, 2003. As Restrições aos Direitos Fundamentais Não Expressamente Autorizadas pela Constituição, Coimbra

Pereira da Silva, Jorge, 2018. Direitos Fundamentais. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa

Bibliografia: Constituições Anotadas

Canotilho, José Joaquim Gomes / Moreira, Vital, 2007. Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.<sup>a</sup> ed., I, Coimbra Editora.

Miranda, Jorge / Medeiros, Rui, 2010. Constituição Portuguesa Anotada, I, Coimbra Editora



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa